

Luiz Gustavo Boiam Pancotti

Advogado e Consultor Jurídico; Professor Adjunto do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Professor do Curso de Direito da UNITOLEDO de Araçatuba/SP; Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP; Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Unimes/Santos-SP; Doutor em Direito Previdenciário pela PUC/SP; Pós-Doutor em Direito pela UENP – Jacarezinho/PR; Membro da Cadeira 31 da Academia Brasileira de Direito da Seguridade Social.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO DIFUSO

Ação Coletiva Previdenciária

Apresentação de Miguel Horvath Júnior

Prefácio de José Roberto Sodero Victório

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-825-2



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

P188 Pancotti, Luiz Gustavo Boiam.
Direito previdenciário difuso: ação coletiva
previdenciária./ Luiz Gustavo Boiam Pancotti./
Curitiba: Juruá, 2022.
220p.; 21 cm

1. Direito previdenciário. 2. Previdência so-
cial – legislação. I. Título.

CDD 344.032 (22.ed)
CDU 349.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 – DIREITO DIFUSO	19
1.1 ORIGEM E BREVE HISTÓRICO	19
1.1.1 Estado de Bem-Estar e o Neoliberalismo.....	21
1.2 INTERESSES METAINDIVIDUAIS OU TRANSINDI- VIDUAIS	27
1.3 DIREITOS COLETIVOS <i>LATO SENSU</i>	32
1.3.1 Direitos e Interesses Difusos.....	34
1.3.2 Interesses Coletivos <i>Stricto Sensu</i>	40
1.3.3 Interesses Individuais Homogêneos	41
1.4 ELEMENTOS DOS INTERESSES DIFUSOS.....	44
1.4.1 Natureza Indivisível	44
1.4.2 Sujeitos Indetermináveis.....	46
1.4.3 Circunstância Fática.....	50
1.5 GARANTISMO SOCIAL	52
Capítulo 2 – A PROTEÇÃO SOCIAL COMO OBJETO INDIVISÍVEL DA RELAÇÃO DIFUSA	55
2.1 A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO OBJETO INDIVISÍVEL DA RELAÇÃO DIFUSA	56
2.2 RELAÇÃO JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA.....	61
2.2.1 Elementos da Relação Jurídica Previdenciária.....	63
2.2.2 Características da Relação Jurídica Previdenciária	65

2.3	A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	71
2.3.1	A Estrutura da Proteção Previdenciária na Constituição Federal de 1988.....	76
2.3.1.1	Intervenção do Estado	80
2.3.1.1.1	Serviço Público e a Previdência Social.....	84
2.3.1.2	Situações de necessidade.....	90
Capítulo 3	– CIRCUNSTÂNCIA FÁTICA EM RAZÃO DO RISCO SOCIAL.....	95
3.1	NOÇÕES PRELIMINARES	96
3.1.1	A Responsabilidade e o Risco.....	100
3.2	A SOCIEDADE DE RISCO.....	103
3.2.1	Noções Sobre o “Risco”	104
3.2.2	Risco e Incerteza do Evento	105
3.3	RISCO SOCIAL.....	106
3.3.1	Contingência Social.....	114
3.4	O RISCO SOCIAL NA SOCIEDADE DO RISCO	118
3.5	QUAIS SERÃO AS NOVAS CONTINGÊNCIAS SOCIAIS?	120
Capítulo 4	– TITULARIDADE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DIFUSO	127
4.1	DIMENSÃO SUBJETIVA DOS DIREITOS SOCIAIS ...	129
4.2	O BENEFICIÁRIO COMO DESTINATÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS.....	135
4.3	SUJEITOS PROTEGIDOS	141
4.3.1	Os Futuros Beneficiários da Sociedade Pós-Moderna	147
4.3.2	Universalidade Subjetiva da Previdência Social	149
4.4	OS SUJEITOS DESPROTEGIDOS SOCIALMENTE.....	151

Capítulo 5 – A TUTELA COLETIVA DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM JUÍZO	155
5.1 AÇÕES COLETIVAS.....	157
5.2 AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA.....	162
5.2.1 Inquérito Civil Previdenciário.....	166
5.2.2 Termo de Ajustamento de Conduta Previdenciário (TAC-Prev)	171
5.2.3 Objeto da Ação Civil Pública Previdenciária.....	174
5.2.3.1 Competência	176
5.2.4 Legitimados da Ação Coletiva Previdenciária	180
5.2.4.1 Litisconsórcio.....	181
5.2.4.2 Ministério Público na tutela dos benefícios previdenciários	182
5.2.4.3 Associações sindicais.....	185
5.2.4.4 Tutelas de urgência e o procedimento na Ação Coletiva Previdenciária.....	187
5.2.5 A Coisa Julgada Coletiva Previdenciária	189
5.2.5.1 Limites subjetivos da coisa julgada na Ação Civil Pública Previdenciária	190
5.2.5.2 Cumprimento das sentenças.....	192
 CONCLUSÃO	 195
 REFERÊNCIAS	 199
 ÍNDICE REMISSIVO.....	 209